



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, CONSTITUÍDA COM BASE NA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 179/20, PARA APURAR A EXTINÇÃO DOS LEITOS PSIQUIÁTRICOS, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.**

Às 9h40min do dia 5/10/20, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Fernando Borja e com a presença remota, dos vereadores Pedro Patrus, Dr. Bernardo Ramos e Wesley Autoescola, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - constituída com base na aprovação do Requerimento nº 179/20, de autoria dos vereadores Jair Di Gregório, Autair Gomes, Bim da Ambulância Dr. Bernardo Ramos, Fernando Borja, Fernando Luiz, Irlan Melo e Jorge Santos, da vereadora Marilda Portela, e dos vereadores Pedro Bueno, Preto, Professor Juliano Lopes, Reinaldo Gomes e Wesley Autoescola, com o objetivo de “apurar os seguintes fatos: a extinção de leitos para internação de pacientes com quadro psiquiátrico grave, o comprometimento do protocolo de cooperação firmado pelo Município de Belo Horizonte com a Fundação Hospitalar de Minas Gerais - FHEMIG - para tratamento de saúde mental aos usuários do SMSA/SUS-BH, em decorrência do encerramento das atividades do Hospital Galba Velloso e de restrições de internação no Instituto Raul Soares”. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. O presidente informou que a procuradora da CMBH, Maria Luiza, foi designada para acompanhar os trabalhos desta comissão. Constatou-se a ORDEM DOS TRABALHOS: I - Aprovação de ata: não prevista. II - Oitiva com a finalidade de “ouvir as seguintes testemunhas intimadas por esta Comissão acerca dos seguintes temas: extinção de leitos para internação de pacientes com quadro psiquiátrico grave no Hospital Galba Velloso e restrições de internação no Instituto Raul Soares; comprometimento do protocolo de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cooperação firmado pelo Município de Belo Horizonte com a Fundação Hospitalar de Minas Gerais - FHEMIG para tratamento de saúde mental aos usuários do SMSA/SUS-BH; e desdobramentos destas ações na área da saúde mental do município de Belo Horizonte.

9h30min: coordenador de Saúde Mental da Prefeitura de Belo Horizonte, Fernando de Siqueira Ribeiro”, conforme Requerimento de Comissão nº 569/20, de autoria do vereador Fernando Borja. O presidente registrou a presença do coordenador de Saúde Mental da Prefeitura de Belo Horizonte, Fernando de Siqueira Ribeiro, e o convidou a compor a mesa. Fernando de Siqueira Ribeiro esclareceu que é médico formado em 2002 e apresentou sua formação e experiência profissional. O presidente disse que a testemunha aparece em áudio declarando ter sido responsável pelo fechamento do Hospital Galba Veloso. Questionou a testemunha sobre as circunstâncias dessa manifestação. A testemunha esclareceu que existe sim áudio circulando nas redes sociais, mas que seria necessária a análise do contexto em que ocorreu sua manifestação. Esclareceu que a Secretaria Municipal de Saúde, nos últimos 20 a 30 anos, fechou praticamente todos os leitos psiquiátricos credenciados ao Sistema Único de Saúde - SUS – e comentou sobre as péssimas condições desses hospitais que foram fechados. Esclareceu que não há responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde pelo fechamento de um hospital que não está sob responsabilidade da Prefeitura. Informou que, em 23/3/20, recebeu a comunicação por telefone da ex-diretora do Hospital Galba Velloso, Luzmarina Morello, comunicando o fechamento do hospital. Acrescentou que não houve participação da Prefeitura de Belo Horizonte nesse processo e que a comunicação foi feita para ele por existirem usuários de Belo Horizonte que se encontravam internados e precisariam ser atendidos pela Prefeitura. Reafirmou que não foi a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte que fechou o Hospital Galba Veloso e que essa decisão foi tomada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. O presidente apresentou vídeo com a manifestação da testemunha



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mencionada em sua pergunta e pediu para a testemunha esclarecesse o contexto de sua fala. Fernando de Siqueira Ribeiro esclareceu que o vídeo traz apenas um recorte de sua fala e enfatizou a importância da análise do contexto da manifestação. Ressaltou a importância da melhoria do atendimento da saúde mental na atenção primária e ponderou que apenas 1% dos pacientes psiquiátricos demandam algum tipo de internação. Disse ser defensor da reforma psiquiátrica e manifestou ter orgulho pelo fechamento dos leitos psiquiátricos que foram feitos pela Prefeitura de Belo Horizonte nos últimos anos. Ressaltou que esses locais não tinham condições de atender aos pacientes. Defendeu a análise dos índices de mortalidades dos hospitais psiquiátricos como forma de avaliar as condições de atendimento dos pacientes. O vereador Dr. Bernardo Ramos ponderou que os Centros de Referência em Saúde Mental - Cersam's - não são hospitais e que não tem estrutura para atendimento de todas as necessidades dos pacientes. A testemunha explicou o funcionamento da atenção primária em Belo Horizonte, esclareceu que é uma política da Prefeitura de Belo Horizonte o credenciamento dos leitos psiquiátricos e complementou que essa é uma questão de opção política de saúde em âmbito nacional. Explicou que a reforma psiquiátrica é um movimento ético de cuidado do usuário da saúde mental e disse que a Organização Mundial de Saúde - OMS - apoia o fechamento dos hospitais psiquiátricos e o atendimento dos pacientes em equipamentos de atenção primária. Enumerou as violações de direitos dos pacientes que foram verificadas no Hospital Serra Verde, em 2012, e na Clínica Nossa Senhora de Lourdes, em 2008. Reafirmou que o Hospital Galba Veloso e o Instituto Raul Soares são de responsabilidade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -, razão pela qual a fiscalização desses estabelecimentos não compete à Prefeitura de Belo Horizonte. Informou que teve conhecimento de caso de um paciente que ficou sob restrição mecânica por mais de 10 dias no Hospital Galba Veloso e que esse caso está sob investigação na Fhemig.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Respondeu a questionamento do presidente de que haviam quatro pessoas de Belo Horizonte internadas no Hospital Galba Veloso por ocasião do seu fechamento. Esclareceu que a Prefeitura não tomou nenhuma medida de publicizar o fechamento do Hospital Galba Veloso entender que seria responsabilidade do Estado. Respondeu que a transferência dos pacientes foi feita pela Fhemig e que a Prefeitura não participou desse processo. Afirmou que não está fazendo nada para fechar o Instituto Raul Soares e esclareceu que a Prefeitura de Belo Horizonte paga à Fhemig por leito utilizado, mas que o acompanhamento desses pagamentos não é de sua responsabilidade. Esclareceu que existem 92 leitos em Cersam's para internação noturna em Belo Horizonte e detalhou os procedimentos de acolhimento de pacientes. Esclareceu as modalidades de atendimento em saúde mental em Belo Horizonte e as formas de financiamento do atendimento. Respondeu que existem dois Cersam's que tem médicos 24 horas por dia, sete dias por semana, e que não existe responsável técnico médico em todos os Cersam's. Detalhou os procedimentos adotados na recepção de pacientes em período noturno. Comentou sobre a placa afixada no Instituto Raul Soares comunicando a vedação de internação de pacientes de Belo Horizonte e disse que isso não foi uma deliberação feita com a Prefeitura e que esta não concorda com a decisão. O vereador Dr. Bernardo Ramos ponderou que o fechamento do Hospital Galba Veloso foi uma decisão do Estado de Minas Gerais e teve um foco na questão de gestão e custos. Concordou que o atendimento primário é mais barato do que o atendimento terciário, mas defendeu a necessidade de atendimento em amplas instâncias e que o atendimento hospitalar deve existir para os casos que dele necessitem. A testemunha ponderou que a Prefeitura monitora seus atendimentos e que é feito monitoramento de todos os pacientes. Disse que tem números de suicídios e outras situações envolvendo pacientes atendidos pelos Cersam's e respondeu que é feito um trabalho de diminuição das internações compulsórias ou involuntárias, sendo que estas foram



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reduzidas em 80%. Lembrou que a internação compulsória ou involuntária é uma decisão judicial e que cerca de 20% dos casos de hospitalidade noturna nos Cersam's são de casos de internação involuntária. Explicou os procedimentos adotados nesses casos de internações compulsórias e involuntárias e esclareceu que o atendimento de urgências em surtos deve ser feito pelo SAMU. O vereador Pedro Patrus manifestou sua indignação com a forma como os outros vereadores estão sendo tratados e disse que participou desde o início da reunião, mas não teve as mesmas oportunidades de manifestação que os demais vereadores. Manifestou preocupação com os rumos dessa CPI e com as falas de outros vereadores, como o vereador Dr. Bernardo Ramos. Questionou se o objetivo dessa CPI seria analisar o fechamento do Hospital Galba Veloso pelo Governo do Estado de Minas Gerais ou para discutir a política de saúde mental de Belo Horizonte. Criticou as tentativas de imputar à Prefeitura de Belo Horizonte a responsabilidade pelo fechamento do Hospital Galba Veloso e apresentou seus questionamentos à testemunha. Fernando de Siqueira Ribeiro respondeu que a prefeitura adota políticas públicas aprovadas pelas principais organizações de saúde mundiais e refutou as acusações de que a atuação da Prefeitura seria de cunho ideológico. O vereador Dr. Bernardo Ramos disse que responsabilidade direta pelo fechamento do Hospital Galba Veloso é do Governo do Estado de Minas Gerais. Afirmou que tem vasto conhecimento sobre o tema desta CPI e reiterou seu pedido de que seja apreciada pela comissão um requerimento solicitando dados sobre os atendimentos dos Cersam's como forma de se avaliar os impactos do fechamento do Hospital Galba Veloso sobre a rede municipal de saúde. Às 11h46min o presidente prorrogou a reunião por mais 30 minutos. III - Reunião com convidados com a finalidade de "receber informações acerca da extinção de leitos para internação de pacientes com quadro psiquiátrico grave no Hospital Galba Velloso e restrições de internação no Instituto Raul Soares e seus desdobramentos na saúde mental de Belo Horizonte".



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Convidados: a coordenadora nacional de Saúde Mental, Maria Dilma Teodora; o secretário nacional de Cuidados e Prevenção de Drogas, Quirino Cordeiro; Câmara Técnica em Saúde Mental do Conselho Regional de Medicina; Maria da Conceição Dias de Assis Lacerda; a representante da Comissão de Saúde Mental da OAB-MG, a advogada Luciana Chamone Garcia; o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Antônio Geraldo; o presidente da Associação Mineira de Psiquiatria, Humberto Correa da Silva Filho. Conforme Requerimento de Comissão nº 699/20, de autoria do vereador Fernando Borja. Quirino Cordeiro disse que o fechamento do Hospital Galba Veloso irá contribuir para a piora do atendimento da saúde mental em Minas Gerais e comentou sobre a definição das políticas de saúde mental no Brasil. Lembrou que os hospitais psiquiátricos fazem parte da rede de atenção à saúde mental e que são parte importante do atendimento a ser garantido à população. Afirmou que o acolhimento deve ser dar em Centros de Atenção Psicossocial - CAP's -, mas que a internação deve ser feita em hospitais. Disse que o Brasil tem um dos menores números de leitos psiquiátricos do mundo. Ponderou que a falta de tratamento de doenças mentais leva também ao aumento do aprisionamento de pessoas com transtornos mentais e apresentou artigos publicados em revistas internacionais associando a falta de leitos psiquiátricos ao aumento das taxas de suicídio e aumento de pessoas com transtornos mentais presas. Maria Dilma Teodora comentou que os hospitais psiquiátricos fazem parte da rede de atendimento à saúde mental e questionou como Belo Horizonte irá realizar o atendimento da demanda sem o Hospital Galba Veloso. Disse que o Ministério da Saúde não foi informado do fechamento do Hospital Galba Veloso e que está programada uma visita a Belo Horizonte para avaliar essa situação. Ponderou que os leitos em CAP's devem servir apenas para retaguarda e que qualquer período superior a 30 dias não pode ser tratado como caso de observação e seria sim caso de internação. Antônio Geraldo disse que os doentes mentais sem condições financeiras estão sofrendo preconceito com a falta de atendimento



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

hospitalar psiquiátrico no SUS. Ressaltou a necessidade complementar de todos os serviços de atendimento em saúde e questionou a quem serve a extinção dos leitos psiquiátricos do SUS. Disse que os consultórios particulares estão lotados, inclusive por pessoas que não teriam condições de arcar com os custos, por falta de atendimento no SUS. Cobrou que o SUS tenha atendimento integral em psiquiatria e disse que nenhuma outra especialidade médica tem atendimento sem a presença de um médico no aparelho, sendo a falta de médicos psiquiatras nos aparelhos do SUS um desrespeito à população. Maria da Conceição Dias Lacerda, mãe de paciente que estava internado no Hospital Galba Veloso, denunciou que seu filho já fugiu do Instituto Raul Soares e comentou sobre a dificuldade de atendimento na rede de saúde. Elogiou o tratamento que seu filho recebeu no Hospital Galba Veloso e disse que o Cersam não é para pacientes em crise e que não tem ninguém para fazer o acompanhamento desses. Denunciou que não tem psiquiatras nos Cersam's após as 18 horas e que não são recebidos pacientes se estiverem drogados ou sob efeito de álcool. Comentou que o SAMU somente leva pacientes em crise com a presença da polícia e denunciou que o Instituto Raul Soares não está internando ninguém. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 12h38min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

### ATA APROVADA

(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)

distribuída em avulso, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
não

foi apresentada impugnação no prazo  
regimental.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_